

ORGANIZAÇÃO E QUADRO DE PESSOAL DAS FORÇAS ARMADAS

Decreto-Lei nº 30/2007* de 20 de Agosto

A definição do Regime Geral das Forças Armadas pela Lei n.º 89/VI/2006, de 9 de Janeiro encerra uma nova visão resultante da experiência acumulada e da evolução do sector militar operada a nível mundial que se reflecte nas orientações preconizadas pela reforma da instituição militar. No fundo, as Forças Armadas acompanham o desenvolvimento que o tempo, inexoravelmente impõe à sociedade da qual constitui um espelho.

Pretende-se com a concepção actual do aparelho militar, adequar as Forças Armadas às missões que lhes foram cometidas, dotar-lhes de uma organização mais moderna, flexível e eficiente que lhes permita maior operacionalidade e melhor cumprimento do seu papel na sociedade, bem como de um quadro que para além de potenciar o seu desenvolvimento, possa dar maior satisfação aos anseios de carreira dos seus integrantes.

Assim,

Nos termos do artigo 22º da Lei nº 89/VI/2006, de 9 de Janeiro e,

No uso da faculdade conferida pela alínea c) do nº 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I Objecto

Artigo 1º Objecto

O presente diploma estabelece a organização e os quadros de pessoal das Forças Armadas.

CAPÍTULO II Estrutura e Organização

Artigo 2º Estrutura

A estrutura das Forças Armadas compreende:

- a) Os órgãos militares de comando;
- b) A Guarda Nacional; e
- c) A Guarda Costeira.

Artigo 3º Órgãos militares de comando

1. Os órgãos militares de comando são constituídos pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, doravante abreviadamente designado de CEMFA e pelas estruturas que o apoiam no exercício do comando das Forças Armadas.
2. As estruturas de apoio ao CEMFA no exercício do comando das Forças Armadas são o Estado-Maior das Forças Armadas e os comandos funcionais.

Artigo 4º Guarda Nacional

1. A Guarda Nacional está organizada territorialmente e constitui a principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas.
2. A estrutura da Guarda Nacional compreende:
 - a) O corpo de polícia militar;
 - b) O corpo de fuzileiros navais;

- c) O corpo de artilharia; e
 - d) As unidades de apoio.
3. Constituem missões da Guarda Nacional:
- a) Assegurar a defesa militar do país;
 - b) Executar, no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;
 - c) Prevenir e combater o terrorismo e garantir a segurança dos órgãos de soberania e de outros objectivos estratégicos;
 - d) Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, na segurança de pessoas e bens e na prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e a outras formas de criminalidade organizada;
 - e) Participar no sistema nacional de protecção civil;
 - f) Cumprir missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos;
 - g) Colaborar em tarefas relacionadas com a protecção do meio ambiente, a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações; e
 - h) Desempenhar outras missões de interesse público que especificamente lhes forem consignadas.

Artigo 5º

Guarda Costeira

1. A Guarda Costeira é a componente das Forças Armadas destinada à defesa e protecção dos interesses económicos do país no mar sob jurisdição nacional e ao apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias, de acordo com as suas missões específicas.
2. A estrutura da Guarda Costeira compreende:
- a) As forças e os meios navais;
 - b) As forças e os meios aéreos; e
 - c) As forças e os meios em terra.
3. Constituem missões da Guarda Costeira:
- a) Assegurar a defesa militar do país e o apoio aéreo e naval ao cumprimento das demais missões das Forças Armadas;
 - b) Executar no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;
 - c) Patrulhar o espaço aéreo e marítimo sob jurisdição nacional, incluindo a zona económica exclusiva, podendo empreender a perseguição, a abordagem e o apresamento de navios e embarcações em actividades ilícitas, designadamente fraudes e infracções fiscais aduaneiras, pesca ilegal e poluição marítima;
 - d) Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, no combate à imigração clandestina, bem como na prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e de outras formas de criminalidade organizada;
 - e) Garantir a salvaguarda da vida humana no mar e coordenar e executar as operações de busca e salvamento, sem prejuízo das competências atribuídas a outras instituições;
 - f) Exercer as demais funções de autoridade marítima atribuídas por lei;
 - g) Participar no sistema nacional de protecção civil;
 - h) Cumprir missões de fiscalização, controlo e repressão de actividades ilícitas no mar, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos;
 - i) Colaborar em tarefas relacionadas com a protecção do meio ambiente, a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações; e
 - j) Desempenhar outras missões de interesse público que especificamente lhes forem consignadas.

Artigo 6º

Organização

1. A organização das Forças Armadas compreende:
- a) O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

- b) O Estado-Maior das Forças Armadas;
 - c) Os órgãos centrais de comando;
 - d) Os órgãos de consulta;
 - e) Os órgãos de implantação territorial; e
 - f) Os elementos da componente operacional do sistema de forças.
2. A organização das Forças Armadas pode compreender, ainda, os órgãos de busca e salvamento e os órgãos de fiscalização do sistema de autoridade marítima, de acordo com o disposto em legislação própria.

CAPÍTULO III

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Artigo 7º

Competências

1. O CEMFA é um Coronel no activo e as suas competências são as que constam da Lei.
2. O CEMFA pode delegar, nas autoridades que lhe estão directamente subordinadas, a competência para a prática de actos relativos às áreas que lhes estão funcionalmente atribuídas, bem como autorizar a subdelegação da mesma.

Artigo 8º

Gabinete

1. O CEMFA dispõe de um Gabinete para o seu apoio directo e pessoal.
2. O Gabinete do CEMFA presta também apoio técnico e administrativo ao Conselho Superior de Comandos.
3. O Gabinete do CEMFA é dirigido por um director de gabinete a que corresponde o posto de Tenente-Coronel.

Artigo 9º

Assessores militares

Quando necessário, podem ser nomeados assessores militares do CEMFA, oficiais superiores, no activo ou na reserva, para o desempenho de funções específicas.

CAPÍTULO IV

Estado-Maior das Forças Armadas

Artigo 10º

Atribuições e composição

1. O Estado-Maior das Forças Armadas, doravante abreviadamente designado de EMFA é o órgão de apoio directo do CEMFA para o estudo, concepção, planeamento, comando, direcção e inspecção das actividades das Forças Armadas.
2. O EMFA é dirigido pelo Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, doravante abreviadamente designado de VCEMFA e compreende:
 - a) O Comando Operacional das Forças Armadas;
 - b) O Centro de Planeamento Estratégico-Militar;
 - c) A Direcção de Informações Militares;
 - d) A Inspeção das Forças Armadas; e
 - e) Os Serviços de Apoio Geral.

Artigo 11º

Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

1. Para além das competências fixadas na lei o VCEMFA exerce as funções de Comandante da Guarda Nacional e dirige, directamente, o Comando Operacional das Forças Armadas.
2. O cargo de VCEMFA é desempenhado por um Coronel no activo.

Artigo 12º

Comando Operacional das Forças Armadas

1. O Comando Operacional das Forças Armadas, doravante abreviadamente designado de COFA é o órgão destinado a permitir ao CEMFA o exercício do comando operacional das Forças Armadas bem como das forças de segurança, por intermédio das respectivas chefias, quando, nos termos da Lei, essas sejam colocadas na sua dependência.
2. Compete ao COFA estudar e planear o emprego das forças e planear e conduzir o seu treino operacional.
3. Em situação normal o COFA dispõe apenas de um núcleo permanente com a seguinte estrutura:
 - a) O Comandante Operacional das Forças Armadas; e
 - b) O Centro de Operações do EMFA.
4. O Comandante Operacional das Forças Armadas coordena as actividades do EMFA.
5. Quando não exista o VCEMFA o cargo de Comandante Operacional das Forças Armadas, a que corresponde o posto de Coronel, é exercido pelo Comandante da Guarda Nacional.
6. Quando necessário, designadamente em estado de guerra, de excepção ou durante a preparação e condução de exercícios, mediante despacho do CEMFA, o COFA pode constituir-se em quartel-general conjunto com o desenvolvimento adequado às exigências da situação.
7. O Centro de Operações do EMFA (CO) é o núcleo a partir do qual o COFA se constitui em quartel-general conjunto e, em tempo de paz, mantém em constante actualização os dados da situação e desenvolve os planos necessários.
8. O CO é dirigido por um director a que corresponde o posto de Major.

Artigo 13º

Centro de Planeamento Estratégico-Militar

1. O Centro de Planeamento Estratégico-Militar, doravante abreviadamente designado de CPEM tem por missão realizar os estudos gerais relativos à organização, planeamento, doutrina, prontidão e emprego das forças incluindo as comunicações e elaborar as normas e directivas gerais para a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros das Forças Armadas.
2. O CPEM é dirigido por um director, ao qual corresponde o posto de Major ou Tenente-Coronel e integra o Grupo Técnico.
3. O Grupo Técnico é composto por oficiais a designar pelo CEMFA, em acumulação de funções e auxilia o CPEM e o COFA em aspectos técnicos e outros específicos dos respectivos campos de acção na elaboração de estudos, pareceres e projectos de regulamentos, manuais, normas e instruções.

Artigo 14º

Direcção de Informações Militares

1. A Direcção de Informações Militares presta apoio ao Estado-Maior no âmbito das informações e segurança militares e compete-lhe estudar, planear, organizar, coordenar e executar as actividades de informações e contra-informações militares e difundir as normas técnicas, os planos e as directivas que orientem e determinem as acções a realizar no âmbito das suas áreas de responsabilidade.
2. A Direcção de Informações Militares é dirigida por um director ao qual corresponde o posto de Tenente-Coronel e integra o subdirector e estruturas operacionais e de apoio.

Artigo 15º

Inspecção das Forças Armadas

1. A Inspecção das Forças Armadas é o órgão de apoio ao CEMFA no exercício das funções de controlo e avaliação e a direcção das actividades de inspecção nas Forças Armadas.
2. A Inspecção das Forças Armadas é dirigida por um inspector ao qual corresponde o posto de Tenente-Coronel e integra inspectores-adjuntos, bem como inspectores

eventuais a ela agregados, na qualidade de especialistas, conforme as particularidades de cada caso, mediante autorização do CEMFA.

Artigo 16º

Serviços de Apoio Geral

1. Os Serviços de Apoio Geral asseguram o apoio logístico-administrativo e técnico ao EMFA, ao Gabinete do CEMFA e ao Conselho Superior de Disciplina e garantem a segurança militar ao EMFA e demais órgãos centrais das Forças Armadas.
2. Os Serviços de Apoio Geral são dirigidos por um director ao qual corresponde o posto de Major.

CAPÍTULO V

Órgãos Centrais de Comando

Artigo 17º

Disposições genéricas

1. Os órgãos centrais de comando, na dependência directa do CEMFA, têm carácter funcional e visam assegurar a superintendência e execução em áreas ou actividades específicas essenciais, de acordo com as orientações superiormente definidas.
2. São órgãos centrais de comando:
 - a) O Comando do Pessoal; e
 - b) O Comando da Logística.

Artigo 18º

Comando do Pessoal

1. Ao Comando do Pessoal incumbe assegurar as actividades inerentes ao pessoal, de acordo com os planos e directivas do CEMFA.
2. O cargo de Comandante do Pessoal é exercido por um oficial superior no activo e corresponde ao posto de Coronel.
3. O Comando do Pessoal compreende:
 - a) O Comandante;
 - b) A Direcção de Administração do Pessoal;
 - c) A Direcção de Formação e Instrução;
 - d) A Direcção do Serviço de Saúde;
 - e) A Direcção dos Serviços de Justiça e Disciplina; e
 - f) A Direcção dos Serviços de Acção Cívica.
4. Dependem tecnicamente do Comando do Pessoal:
 - a) Os centros e campos de instrução;
 - b) Os centros, cursos e escolas militares de formação profissional;
 - c) O Centro dos Pupilos das Forças Armadas; e
 - d) Os distritos de recrutamento e mobilização.
5. O Comando do Pessoal dispõe de uma secretaria.

Artigo 19º

Comando da Logística

1. Ao Comando da Logística incumbe assegurar as actividades no domínio da administração dos recursos financeiros e materiais, de acordo com os planos e directivas do CEMFA.
2. O cargo de Comandante da Logística é exercido por um oficial superior no activo e corresponde ao posto de Coronel.
3. O Comando da Logística compreende:
 - a) O Comandante;
 - b) A Direcção de Administração Financeira;
 - c) A Direcção de Administração do Material;
 - d) A Direcção de Infra-Estruturas e Obras; e
 - e) A Direcção de Comunicações.
4. A Oficina Central das Forças Armadas depende do Comando da Logística.

5. O Comando da Logística dispõe de uma secretaria.

CAPÍTULO VI **Órgãos de Consulta**

Artigo 20º

Disposições genéricas

1. Os órgãos de consulta destinam-se a apoiar as decisões do CEMFA em assuntos especiais e importantes relativas à preparação, disciplina e administração das Forças Armadas.
2. São órgãos de consulta do CEMFA:
 - a) O Conselho Superior de Comandos;
 - b) O Conselho Superior de Disciplina; e
 - c) Os Conselhos de Classe.

Artigo 21º

Conselho Superior de Comandos

1. O Conselho Superior de Comandos tem a competência e a composição estabelecidas na Lei que define o Regime Geral das Forças Armadas.
2. O Conselho Superior de Comandos aprova o seu regimento interno que deve ser homologado pelo CEMFA e publicado na Ordem das Forças Armadas.

Artigo 22º

Conselho Superior de Disciplina

1. O Conselho Superior de Disciplina é presidido pelo VCEMFA e constituído pelo Comandante do Pessoal e por cinco oficiais superiores a designar, de dois em dois anos, pelo CEMFA, sendo as funções de secretário desempenhadas pelo oficial mais moderno.
2. Na falta ou ausência do VCEMFA o Conselho Superior de Disciplina é presidido pelo oficial mais antigo.
3. A competência e o funcionamento do Conselho Superior de Disciplina constam do Regulamento de Disciplina Militar.

Artigo 23º

Conselhos de Classe

1. Os conselhos de classe são órgãos de apoio ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas na gestão das carreiras militares.
2. A composição, as competências e o funcionamento dos Conselhos de Classe constam de legislação própria.

CAPÍTULO VII **Órgãos de Implantação Territorial**

Artigo 24º

Disposições genéricas

1. São órgãos de implantação territorial os que visam a organização e o apoio geral das Forças Armadas e não sejam especificamente caracterizados de outra forma neste diploma.
2. Os órgãos de implantação territorial compreendem:
 - a) O Comando da Guarda Costeira;
 - b) Os comandos territoriais;
 - c) A Escola Militar;
 - d) As unidades territoriais;
 - e) Os campos de instrução; e
 - f) Os órgãos de execução de serviços.
3. Os órgãos de implantação territorial constituem a componente fixa do sistema de forças.

Artigo 25º

Comando da Guarda Costeira

1. O Comando da Guarda Costeira, na directa dependência do CEMFA, é o órgão de comando da Guarda Costeira, incumbindo-lhe promover o aprontamento, o emprego operacional e o apoio administrativo e logístico das unidades e meios operacionais que lhe estejam atribuídos, bem como assegurar as acções de formação de pessoal que lhe sejam cometidas.
2. O cargo de Comandante da Guarda Costeira é exercido por um oficial superior no activo e corresponde ao posto de Coronel.
3. O Comando da Guarda Costeira compreende:
 - a) O Comandante;
 - b) O 2º Comandante;
 - c) A Direcção de Operações; e
 - d) A Direcção de Logística e Apoio de Serviços.
4. O cargo de 2º Comandante corresponde ao posto de Tenente-Coronel e o seu titular, quando exista, pode exercer, por acumulação, qualquer cargo de comando ou direcção na directa dependência do Comandante da Guarda Costeira.
5. Dependem do Comando da Guarda Costeira:
 - a) A Esquadilha Naval;
 - b) A Esquadilha Aérea; e
 - c) As unidades e os serviços atribuídos.
6. Dependem, ainda, do Comando da Guarda Costeira os órgãos integrando os sistemas de autoridade marítima ou de busca e salvamento atribuídos por Lei às Forças Armadas.
7. O Comando da Guarda Costeira dispõe de uma secretaria.

Artigo 26º

Comandos territoriais

1. Os comandos territoriais, na directa dependência do CEMFA, são os órgãos da Guarda Nacional que visam assegurar, na base da sua implantação territorial, a descentralização da acção de comando por parte do CEMFA e que têm por competências genéricas formar, aprontar, e manter forças operacionais, convocar, mobilizar e organizar outras forças, tendo em vista a satisfação das necessidades do sistema de forças nacional, podendo ser-lhes atribuídas missões e outros meios operacionais.
2. Ao cargo de comandante dos comandos territoriais corresponde o posto de Tenente-Coronel.
3. Constituem comandos territoriais:
 - a) O Comando da Primeira Região Militar;
 - b) O Comando da Segunda Região Militar; e
 - c) O Comando da Terceira Região Militar.
4. As áreas de jurisdição administrativa dos comandos territoriais são estabelecidas por Decreto Regulamentar.
5. Os comandos territoriais compreendem:
 - a) O Comandante;
 - b) Os Órgãos de Operações;
 - c) Os Órgãos de Logística e Apoio de Serviços.
6. Dependem dos comandos territoriais as unidades e os serviços atribuídos.
7. Os comandos territoriais dispõem de uma secretaria.

Artigo 27º

Escola Militar

A Escola Militar, na directa dependência do CEMFA, é o estabelecimento de ensino das Forças Armadas ao qual incumbe ministrar a formação militar ao pessoal nos diversos regimes de prestação do serviço militar e promover os estudos nos campos doutrinário e das técnicas e ciências militares.

Artigo 28º

Unidades territoriais

Constituem unidades territoriais os elementos da estrutura que têm por competência genérica aprontar e manter forças operacionais e são identificadas pelo seu escalão especialidade e indicativo numérico, sendo a companhia a sua unidade base.

Artigo 29º

Campos de instrução

Os campos de instrução são áreas dotadas de infra-estruturas militares necessárias à realização de exercícios tácticos, de exercícios de fogos reais e de outras actividades de instrução.

Artigo 30º

Órgãos de execução de serviços

1. Os órgãos de execução de serviços destinam-se exclusivamente a executar tarefas específicas de apoio geral das Forças Armadas.
2. São órgãos de execução de serviços os seguintes:
 - a) O Serviço Social das Forças Armadas;
 - b) A Oficina Central das Forças Armadas;
 - c) O Centro de Pupilos das Forças Armadas;
 - d) A Banda Militar;
 - e) Os distritos de recrutamento e mobilização;
 - f) Os centros de saúde; e
 - g) Outros órgãos da estrutura das Forças Armadas como tal reconhecidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
3. Os órgãos de execução de serviços são regulados por legislação própria ou pelos diplomas que definirem as estruturas dos organismos onde estão inseridos ou de que dependem directamente.

CAPÍTULO VIII

Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças

Artigo 31º

Disposições genéricas

Os elementos da componente operacional do sistema de forças compreendem:

- a) O Comando Operacional das Forças Armadas;
- b) Outros comandos operacionais; e
- c) As unidades operacionais.

Artigo 32º

Outros comandos operacionais

Podem existir em ordem de batalha comandos operacionais subordinados ao Comando Operacional das Forças Armadas que são activados quando necessário.

Artigo 33º

Unidades operacionais

Unidades operacionais são as forças aprontadas pelos elementos da estrutura territorial, bem como os meios cuja finalidade principal visa o cumprimento de missões operacionais.

CAPÍTULO IX

Efectivos e Quadros

Artigo 34º

Efectivos

Os efectivos globais das Forças Armadas são estabelecidos pelo Governo no documento oficial que define os sistemas de forças necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas.

Artigo 35º

Quadros de pessoal

1. O quadro do pessoal permanente das Forças Armadas é o constante do anexo I que faz parte integrante do presente diploma.
2. Os quantitativos de pessoal militar em regime de contrato não podem exceder os limites constantes do anexo II que faz parte integrante do presente diploma.
3. A distribuição dos efectivos da estrutura das Forças Armadas pelos diferentes postos é a constante do anexo III que faz parte integrante do presente diploma.
4. O quadro do pessoal civil das Forças Armadas é o constante do anexo IV que faz parte integrante do presente diploma.
5. Os quadros referidos neste artigo não incluem os órgãos dos sistemas previstos no número 6 do artigo 5º da Lei nº 89/VI/2006 de 9 de Janeiro.

Artigo 36º

Quadros orgânicos e especialidades

1. Os quadros orgânicos de pessoal e de material das unidades e serviços que integram as Forças Armadas são aprovados pelo CEMFA respeitando a organização, os efectivos globais e os quadros de pessoal estabelecidos pelo Governo.
2. A definição das especialidades que devem existir nas Forças Armadas é feita mediante despacho do CEMFA.

CAPÍTULO X

Disposições Comuns

Artigo 37º

Substituição

Quando a Lei não estabeleça de forma diferente os comandantes, directores ou chefes dos órgãos militares são substituídos nas suas ausências ou impedimentos por quem for designado pelo CEMFA.

Artigo 38º

Adjuntos militares

Junto dos comandantes, directores ou chefes podem existir, quando necessário, adjuntos militares, oficiais superiores ou capitães no activo ou na reserva, para o desempenho de funções específicas.

CAPÍTULO XI

Disposições Transitórias e Finais

Artigo 39º

Norma Transitória

Enquanto não for publicado o Decreto Regulamentar a que se refere o nº 4 do artigo 26º mantém-se em vigor o disposto no Capítulo III do Decreto Legislativo nº 8/93 de 29 de Junho.

Artigo 40º

Regulamentação

As atribuições, competência e organização dos órgãos e serviços previstos neste diploma são estabelecidas por Decreto-Regulamentar.

Artigo 41º

Revogação

São revogados o Decreto-Legislativo n.º 8/93, de 29 de Junho, que define a organização global e o quadro de efectivos das Forças Armadas, o Decreto-Lei nº 41/2005, de 13 de Junho, que altera o Decreto-Legislativo n.º 8/93, de 29 de Junho e o Decreto Regulamentar n.º 14/97, de 22 de Setembro que define a orgânica da Guarda Costeira.

Artigo 42º

Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

ANEXO I				
Quadro a que se refere o nº 1 do artigo 35.º				
Oficiais				140
Sargentos				190
Praças				50
ANEXO II				
Quadro a que se refere o nº 2 do artigo 35º.				
Oficiais				Até 40
Sargentos				Até 60
Praças				Até 60
ANEXO III				
Quadro a que se refere o nº 3 do artigo 35.º				
Coronel				5
Tenente-Coronel				12
Major				30
Capitão				53
Oficiais subalternos				90
Sargento-mor				15
Sargento-chefe				30
Sargento-ajudante				45
Primeiro e segundo sargentos e sargento				190
Cabo-de-seccção				10
Cabo-Adjunto e primeiro-cabo				60
ANEXO IV				
Quadro a que se refere o nº 4 do artigo 35º.				
N.º	QUADRO	CATEGORIA	NÍVRL/REF.	N.º DE LUG.
1	Pessoal de Quadro Especial	Assessor	IV	1
		Secretário	II	1
		Condutor	I	1
2	Pessoal Técnico	Técnico Profissional de 1º Nível	8	1
		Técnico Profissional de 2º Nível	7	2
		Técnico Auxiliar	5	1
3	Pessoal Operário	Operário Qualificado	7	6
		Operário Semi-qualificado	5	2
4	Pessoal Administrativo	Oficial Principal	9	1
		Oficial Administrativo	8	2
		Assistente Administrativo	6	3
5	Pessoal Auxiliar	Condutor Auto de Pesados	4	2
		Auxiliar Administrativo	2	11
		Recepcionista	2	1
		Costureira	2	2
		Ajudante de Serv. Gerais (ASG)	1	11
		ASG – Cozinheiro	1	7
		ASG – Lavadeira	1	7

* Publicado no Boletim Oficial I Série Número 11 de 20 de Agosto de 2007